

A atuação dos estudantes de psicologia nas Ocupações da Universidade de Brasília

Resumo: O presente texto propõe uma reflexão sobre a experiência das e dos estudantes de psicologia nas Ocupações ocorridas na Universidade de Brasília em 2016. Busca-se em aspectos históricos da psicologia no Brasil variáveis que possam ter influenciado a atuação das estudantes e do Instituto de Psicologia no movimento. Problematisa-se a relação da psicologia com os movimentos sociais apresentando experiências de estudos que abordam a questão da militância e da formação em psicologia no Brasil. Assim, conclui-se que as ocupações potencializaram a formação de sujeitos políticos a partir da socialização de conhecimento e de relações coletivas horizontais as quais foram estabelecidas.

Abstract: *This present article provides a reflection about an experience shared by students of psychology in the occupations held at the University of Brasilia in 2016. It searches through the information gathered about the historical aspects of psychology in Brazil variables that may have influenced the performance of students and of Psychology Institute in the movement. It problematizes the relation between psychology and social movements by shedding a light upon studies that approach topics related to activism and the academic formation for psychologists in Brazil. Thus, the occupations potentialized the formation of political individuals based on the socialization of knowledge and on the established horizontal collective relationships.*

Ocupações Estudantis em 2016: conjuntura política

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a experiência das e dos estudantes de psicologia no movimento OcupaUnB, o qual ocorreu na Universidade de Brasília no segundo semestre de 2016. Revisitam-se aspectos históricos da relação entre a psicologia e os movimentos sociais e da psicologia no Brasil a fim de compreender os possíveis discursos veiculados e o mecanismo de participação das e dos estudantes de psicologia no movimento.

As ocupações inserem-se nos chamados “Novos Movimentos Sociais” (JESUS, 2012), caracterizados por Maria das Graças Gohn (1997) como mais democráticos, com muitos participantes, ágeis, e com ações organizadas fora do âmbito dos sindicatos, mais fragmentados, baseados em múltiplas identidades e em contraposição às opressões e por reconhecimento e acesso a bens e serviços (BALDINO & FREITAS, 2016).

Baldino e Freitas (2016, p. 907) debruçando-se sobre as ocupações das escolas públicas em Anapólis-GO, apontaram a existência recorrente deste movimento de ocupações de escolas no começo do século XXI no Brasil e no mundo, e caracterizaram as ocupações de instituições de ensino como movimentos plurais “porque comportam várias mobilizações sem estarem subordinadas à uma direção de poder fixo e regimental ou programático”.

É importante diferenciar as ocupações de instituições de ensino das ocupações de terras e da cidade promovidas por movimentos sociais diversos (TATAGIBA *et. al.* 2012). A principal diferença é que as ocupações de instituições de ensino não buscam ocupação permanente, mas utilizam a ocupação dos espaços como método para mobilização e visibilidade para as pautas do movimento social e estudantil.

As ocupações em 2016, assim como o movimento OcupaUnB, deram-se como manifestação do segmento estudantil secundarista e universitário contra a proposta de emenda constitucional 55/16 (hoje Emenda Constitucional Nº 95) e a medida provisória 746/16 (hoje Lei Nº 13.415/17) majoritariamente. A

primeira instituiu um novo regime fiscal aplicando uma restrição orçamentária às políticas públicas nos campos sociais como a educação e saúde. Tal restrição tem duração de 20 exercícios orçamentários, o que a curto e longo prazo acarretará na precarização das políticas citadas levando à redução do Estado enquanto promotor de políticas públicas de qualidade (MATSUSHITA & CAVALCANTI, 2017).

A segunda teve como objetivo alterar a Lei 9.394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituindo um novo modelo curricular para o ensino médio. No entanto, ambas as propostas não foram discutidas com a população e tiveram tramitação acelerada no congresso nacional resultando na manifestação contrária a tais projetos por parte da sociedade (ANDES/UFRGS, 2017, SINJUS-MG, 2016).

Do complexo emaranhado de interpretações da cena política brasileira atual, acadêmicas ou não, aparentemente disputam narrativas, duas em especial: as das/os favoráveis ao *impeachment* da presidente Dilma Vana Roussef e as das/os contrários ao processo (posição adotada pelo OcupaUnB), sendo que estas/es últimos caracterizam o referido processo como golpe de Estado motivado por setores conservadores brasileiros.

Segundo Bonavides (2000), o golpe de Estado caracteriza-se por sua ilegitimidade, ou seja, tomada do poder a despeito da constituição por protagonistas já inseridos neste. O golpe de Estado visa uma substituição governamental por parte, usualmente, de indivíduos que usufruem do poder do Estado, tais como militares ou políticos.

Há diferenças significativas entre os conceitos de revolução e golpe de Estado apesar do funcionamento inconstitucional de ambos. O golpe usualmente se posta contra uma composição de governo e seus modos de governar enquanto a revolução confronta um sistema de governo ou feixe de instituições, contra a classe dominante e a um princípio de organização política e social (BONAVIDES, 2000),

Jinkings (2016) defende a ocorrência de um gol-

Sara da Silva Meneses
Graduanda em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB).

Contato:
<saramenes34@gmail.com>

Samuel Ted Almeida de Pereira
Graduando em Psicologia na Universidade de Brasília (UnB).

Contato:
<samueltedpereira@gmail.com>

Palavras-chaves:
Ocupações; Psicologia; Estudantes; UNB.

Keywords:
Occupation; Psychology; Students; UNB.

pe de Estado no ano de 2016. Este, com expressão máxima em 31 de agosto com a oficial cassação do mandato da presidência de Dilma Vana Rousseff, inicia-se com o lançamento do Plano Ponte para o Futuro, em 2 de dezembro de 2015. O projeto evoca toda uma política diferente da anteriormente conduzida no país pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e para ser viabilizada abre-se um processo de *impeachment* contra a figura da então presidente, alegando-se crime de responsabilidade com respeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa.

Em 17 de abril aprova-se em plenária na Câmara Federal relatório favorável ao impedimento de Dilma Vana Rousseff, sendo os votos proferidos por parlamentares indicados por corrupção e réus em processos diversos, cujos discursos dedicavam os votos a Deus e à família (JINKINGS, 2016).

Mohallem (2016) defende a inconsistência da medida de *impeachment* contra a presidente Dilma por três fatores. O primeiro tange a análise casuística das pedaladas fiscais, não havendo parâmetro de gravidade para o cometido com as práticas institucionais. Segundo, existem outras formas cabíveis de punição para a manobra contábil e, como terceiro fator, o uso do recurso de *impeachment* pode trazer a banalização do próprio instituto. Salienta-se que as manobras contábeis não acarretaram em prejuízo ao erário (MOHALLEM, 2016).

Outro aspecto importante para descrição do comportamento das/os estudantes da Universidade de Brasília no contexto das ocupações de 2016, além da conjuntura política, está na conjuntura socioeconômica em que se insere a categoria estudantil. No segundo semestre de 2016, na Universidade de Brasília, 7691 estudantes matriculadas/os cursaram ensino médio em escolas públicas, equivalendo a 23,5% do total de alunos matriculados (Relatório Consolidado da IES, 2016).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE (2015), em 2004 dos jovens de 18 a 24 anos de idade 32,9% frequentavam o ensino superior e em 2014 eram 58,5%. Em 2014, nas redes públicas de ensino superior, 18% das e dos estudantes estavam no terceiro quinto do rendimento mensal domiciliar *per capita* contra 11,8% em 2004. Apesar do perfil de estudante das universidades federais brasileiras, mesmo com as políticas afirmativas implementadas como as cotas raciais e para escolas públicas, estar em grande parcela nas classes A e B, houve um crescimento considerável do acesso da classe C ao ensino superior público e tais estudantes podem pertencer à nova classe trabalhadora, conceito definido por Marilena Chauí (2016).

Para Marilena Chauí (2016) com o crescimento da denominada classe C brasileira de 2003 para 2011 de 65,8 milhões para 105,4 milhões pode-se afirmar a origem de uma nova classe trabalhadora no país. Esta nova classe trabalhadora dialoga com a classe média, e sua atuação social deu-se, em parte, a favor de um golpe de Estado em 2016 para restauração da "ordem e progresso" influenciada pelas perspectivas neoliberais da "teologia da prosperidade" e "empreendedorismo", e outra contra o Estado de exceção que se constituía no momento (CHAUÍ, 2016).

Percebe-se, portanto, que a configuração socioeconômica da universidade pública brasileira atualmente é mais heterogênea do que há dez anos. A/o estudante de psicologia compõe também essa grande massa da classe trabalhadora e isto pode ser uma variável a ser considerada sobre de qual lugar atuaram as e os estudantes de psicologia da Universidade de Brasília, seja pelo ou contra o movimento OcupaUnB.

A História da Psicologia no Brasil

Uma variável importante ao se tentar caracterizar a participação das/os estudantes de psicologia no movimento OcupaUnB remonta à história da psicologia no Brasil e como ela é incorporada por professoras/es e alunas/os, seja nas aulas ministradas, seja nos textos clássicos da ciência. Tal história foi marcada por uma atuação em prol de determinados interesses, hoje vistos como elitistas e privatistas. Vê-se esforços da psicologia brasileira em se renovar enquanto corpo teórico, atenta às conjunturas social, política e econômica do Brasil. Salienta-se, porém, que perspectivas tradicionais e contemporâneas muitas vezes convivem e disputam narrativas na atuação ou na academia.

Um exemplo recente da contradição acerca de temas debatidos pela psicologia dentro da própria classe de psicólogas/os brasileiros, as/os quais muitas das vezes recorrem a teorias psicológicas como argumentos para seus posicionamentos (por mais que não sejam as mais defensáveis), foi a ação popular impetrada por defensores de uma "psicologia cristã". Em 15 de novembro de 2017, a despeito dos evidentes esforços do Conselho Federal de Psicologia (CFP) em prol de uma psicologia articulada aos movimentos sociais LGBTQs, a Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal acatou pedido liminar de ação popular contra a Resolução 01/99 CFP impondo ao conselho interpretação da resolução que permita às/aos psicólogas/os o exercício de terapias de reorientação sexual. A ação não é definitiva e diversos órgãos, além do CFP, recorreram da decisão (BETIM, 2017).

Pereira e Neto (2003) compreendem a história da psicologia no Brasil em três momentos distintos: pré-profissional (1833-1890), de profissionalização (1890/1906-1975) e profissional (1975-). No presente artigo, interessa-nos as duas últimas etapas. Durante o período de profissionalização saberes psicológicos adentram o cenário acadêmico e de atuação brasileiros por mais que atrelados às práticas de outras categorias profissionais já constituídas. As primeiras inserções da psicologia enquanto corpo teórico constituído no Brasil se dão na pedagogia e medicina (PEREIRA & NETO, 2003).

A psicologia experimental ganhou maior prestígio entre médicas/os e pedagogas/os da época, e as características de uma ciência classificatória de dimensões mensurativa e adaptativa eram observadas. Com a criação do Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro no Rio de Janeiro duas atividades são desenvolvidas e posteriormente são reconhecidas como atividades exercidas por psicólogas/os: a testagem psicológica e a psicoterapia (PEREIRA & NETO, 2003).

Segundo Gonçalves (2010), a psicologia, ao ser

regulamentada em 1962, significou para a categoria profissional um avanço para o atendimento clínico individual, visto que a ditadura de 1964 possibilitou a abertura de mercado para profissões liberais. O compromisso da psicologia neste momento histórico encontrava-se em afirmar-se como ciência. Ela prezava pelas generalizações, buscava um sujeito universal, isolava o sofrimento humano e o tratava como uma questão individual.

A psicologia pretendia a neutralidade e expandia-se como área que, se apropriando do paradigma normal *versus* patológico, era capaz de separar “o joio do trigo”, ou seja, tinha como objetivo o ajustamento dos sujeitos à sociedade (GONÇALVES, 2010).

No contexto escolar insere-se com teorias e testes que diagnosticavam o fracasso escolar como um “problema do sujeito”, separando-o de sua produção e implicação social. No contexto do trabalho ou organizacional (psicologia industrial) a psicologia também mantinha o aspecto do ajustamento dos sujeitos a favor do lucro das organizações (GONÇALVES, 2010).

Sobre a relação entre a psicologia e a escola, Patto (1997) retoma como a psicologia legitimou, através de seus instrumentos, a discriminação contra famílias pobres. O não aprender, sendo um problema complexo que envolve desde processos básicos psicológicos a políticas públicas classicistas é interpretado como de cunho individual, e o diagnóstico em psicologia serve para a manutenção da desigualdade social. Na década de 1970, a Teoria da Carência Cultural difundia que os baixos índices de rendimento escolar advinham da precária estimulação sensorial e cognitiva providas pela cultura das camadas populares, em que estavam as “famílias desestruturadas”.

Ressalta-se que a formação em psicologia, positivista e liberal, mantinha estreitas relações com os anseios da elite brasileira. No entanto, profissionais atentos ao cenário político discordaram daquele modelo dominante, e com a chegada da psicologia comunitária ao país alguns setores da psicologia romperam com as instituições e aproximaram-se das comunidades sob a ótica de uma concepção sócio-histórica dos sujeitos e também de uma prática emancipatória (BOCK, 1997). Neste período também surge a Reforma Sanitária dentre as mobilizações da população contra a ditadura. Uma nova psicologia aponta, mais preocupada com as questões sociais.

Gonçalves (2010) descreve três momentos em que a psicologia formou concepções alternativas à dominante. No primeiro momento, a psicologia comunitária aproxima-se da educação popular a partir de intervenções grupais e em centros comunitários. Em um segundo, é possível observar a produção de um conhecimento que concebe o sujeito integral a partir de sua inserção social. Assim, as novas ideias dão espaço para pensar os sujeitos inseridos em um contexto social, reconhecendo sua autonomia e suas capacidades. Surgem a Reforma Psiquiátrica e a luta antimanicomial e então, com a abertura à democracia e dado o momento de mudanças pós-ditadura, é promulgada a Lei 10.216/2000, instituindo os Centros de Atenção Psicossocial e a política de Saúde Mental no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em um terceiro momento é possível verificar a presença da psicologia nas políticas públicas, mas ainda de forma esparsa e com enormes desafios advindos de uma formação privatista que se contrapõe à realidade das desigualdades visíveis nos serviços públicos (GONÇALVES, 2010). Assim, se desenvolve uma série de seminários para discutir a inserção da Psicologia nas Políticas Públicas de saúde, educação e segurança. O Conselho Federal de Psicologia em 2005 instituiu o CREPOP (Centro de Referência Técnica em Políticas Públicas) que produz manuais sobre a atuação das/os psicólogas e psicólogos nas diversas políticas públicas. Essas ações são reflexos de mudanças contemporâneas na Psicologia.

Bock (1997) também apresenta um panorama da formação das e dos psicólogas/os no Brasil. Apesar dos avanços em conceituações de ser humano alternativas à dominante, há em currículos acadêmicos discursos que continuam a respaldar a concepção hegemônica. Isto pode influir na formação de profissionais alienados da construção social do sofrimento dos sujeitos, implicando negativamente nas políticas de saúde mental em suas distintas relações de raça/etnia, de gênero, de classe, por exemplo.

É preciso propor a reflexão sobre os atuais movimentos estudantis, como as ocupações, e a implicação dos mesmos sobre a formação em psicologia. Tal movimentação estudantil teve uma trajetória intensa desde as ocupações das escolas em São Paulo em 2015 até as ocupações de 2016 (ROSSI, 2016), que culminaram na ocupação de mais de mil escolas e mais de duzentas universidades pelo país. Tais movimentos abruptos demandam debate e colocam em teste concepções que não condizem com a realidade social. Qual o potencial desse encontro? O que é possível construir a partir desse encontro? Seria possível vislumbrar o compromisso social da psicologia a partir dessa troca?

Breve contextualização das Ocupações na Universidade de Brasília em 2016

Impulsionadas pelas/os estudantes secundaristas, diversas universidades pelo Brasil começaram a ser ocupadas (UBES, 2016, ÉPOCA, 2017, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2016). O mesmo ocorreu na Universidade de Brasília (UnB) que em 31 de outubro de 2016 teve uma assembleia estudantil no *Campus* Darcy Ribeiro- Brasília com um quórum de 1400 estudantes que deliberaram pela ocupação do prédio da Reitoria da Universidade, além da realização de assembleias em cada curso para que se discutisse parecer favorável ou contrário e se acordasse sobre a questão. Na manhã daquele dia o *Campus* da UnB na cidade de Planaltina (FUP) já havia sido ocupado (SOARES, 2016). Nos dias seguintes houve uma série de ocupações na UnB chegando a 16 prédios ocupados no *campus* Darcy Ribeiro e toda a FUP. Alguns cursos deflagraram greve estudantil e fechamento das unidades acadêmicas como o Instituto de Letras. Outros estudantes decidiram apoiar as ocupações como os do curso de Psicologia¹ e Direito.

As ocupações na UnB tiveram apoio do Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (SINTFUNB) que estavam em greve contra a PEC 55, do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), do Sindi-

1 Em assembleia do curso de psicologia realizada pelo Centro Acadêmico de Psicologia-Gestão EmpoderaPSI obteve-se parecer favorável para a constituição de grupo de apoio psicológico aos ocupantes, greve estudantil e a não ocupação do Instituto de Psicologia. A greve estudantil e a ocupação do instituto não se concretizaram.

2. É importante ressaltar que apesar do apoio dos coletivos estudantis, a ocupação era constituída majoritariamente por estudantes autônomos. O apoio desses coletivos consistiu na participação de seus membros no movimento de ocupações. Para citar, compuseram a ocupação membros de organizações que construíram a União Nacional dos Estudantes em três campos de disputa da entidade na época consolidados: campo majoritário, campo popular e campo oposição de esquerda.

3. Nota de Apoio dos Docentes da Faculdade de Direito, Instituto de Letras, Colegiado do Departamento de História, Departamento de Serviços Social, Faculdade de Comunicação, corpo discente do Programa de Pós-graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde (PG-PDS), entre outros disponíveis em:

<https://www.facebook.com/pg/ocupaunb/photos/?ref=page_internal>

<<http://fup.unb.br/nota-dos-docentes-da-unb-fup-sobre-a-pec-552016-e-sobre-a-ocupacao-do-campus/>>

<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu_estudante/ensino_superior/2016/11/08/ensino_superior_interna,556417/docentes-da-faculdade-de-comunicacao-da-unb-fazem-assembly-nesta-qua.shtml>

cato dos Terceirizados da UnB e outras entidades (ANDES, 2016, CALDEIRA, 2016).

O movimento OcupaUnB constituiu-se pela união de diversos coletivos estudantis, pertencentes ou não à UNE (União Nacional dos Estudantes), e também por estudantes autônomos que não haviam participado de movimentos estudantis antes das ocupações. A diversidade política presente nas ocupações, seja pelos coletivos feministas, LGBTs (Corpolítica), coletivos negros (Quilombo-UnB), coletivos com legenda partidárias e sem legenda, permitiu a formação política das e dos estudantes que compuseram o OcupaUnB².

Diversos conflitos existiram, mas foram resolvidos no diálogo e nas assembleias gerais. Desde o início, o movimento procurou mobilizar a comunidade acadêmica promovendo aulas públicas sobre a PEC 55, MP 746, Estado de exceção, história dos movimentos sociais, democracia, gênero e política e diversos outros temas. O movimento incentivou professoras/es a darem aulas, e parcerias entre docentes e discentes foi uma realidade.

Um aspecto notável foi a transformação da relação dos estudantes com os espaços ocupados para além da sensação de pertencimento, um novo modo de ter aulas permitiu uma ampliação de conhecimentos, pois alunos de diversos cursos conviveram e dialogaram sobre as suas áreas. A troca entre os pares promoveu uma interdisciplinaridade surpreendente nas ocupações.

A recepção das ocupações na comunidade acadêmica da UnB gerou o ressurgimento de grupos políticos estudantis conservadores e neoliberais com o intuito de colocar setores dos estudantes que eram contrários às ocupações em mobilização para desocupar espaços e gerar a repercussão de uma suposta polarização na UnB (RODRIGUES, 2016, STACCIARINI, 2016).

Em meio a isso, a administração da UnB estava em processo de transição, pois o Reitor Ivan Camargo deixava o cargo e havia sido realizada uma consulta à comunidade acadêmica sobre a eleição de uma nova reitoria (UNB NOTÍCIAS, 2016, PORTAL G1, 2016). Somava-se a tais mudanças a campanha eleitoral para o pleito do Diretório Central dos Estudantes que deixava de ser administrada pela chapa "Aliança pela Liberdade" (UNB NOTÍCIAS, 2017), um grupo de direita que ao ver deste estudo havia promovido a desarticulação das/os estudantes e do movimento estudantil na UnB nos últimos cinco anos.

Foi nesse cenário de grandes mudanças que surgiram na UnB as ocupações. A partir de então foram realizados Conselhos de Entidades de Base (instância deliberativa em que votam os centros acadêmicos) para promover a paralisação do calendário eleitoral, tendo em vista que outras chapas que participaram das ocupações ficariam prejudicadas durante a campanha e o *campus* da FUP não poderia votar já que estava ocupado. Essa foi a primeira vitória dos estudantes, pois se conseguiu a partir de uma votação democrática o adiamento do calendário eleitoral para o ano de 2017 (VIRIATO, 2016).

No entanto a luta do movimento OcupaUnB foi surpreendida com a decisão de um Juiz do Distrito Federal, que exigia que o Reitor tomasse posicionamento frente às ocupações na UnB. O movimento OcupaUnB manteve tentativas de negociação com Ivan Camargo, mas que não foram atendidas (UNB NOTÍCIAS, 2016). A ação entrou em vigor justamente quando Ivan Camargo deixou o cargo, que foi assumido interinamente pelo antigo decano Luiz Afonso Bermúdez, pois até aquele momento a nomeação de Márcia Abraão (eleita na consulta acadêmica) não havia sido publicada no Diário oficial da União (CORREIO BRAZILIENSE, 2016).

O dia 23 de novembro foi um dia de tensão, pois as advogadas populares que acompanhavam o movimento estudantil já haviam entrado com um mandado de segurança para resguardar o movimento; o Ministério Público Federal havia entrado com um agravo em instância superior, mas o movimento permanecia sem notícias sobre o desembargador a quem cabia a decisão. Porém, na noite daquele dia o desembargador concede o adiamento da ação por 15 dias, aceitando o agravo e orientando o movimento a entrar em negociação com a Reitora Márcia Abraão, que tomaria posse no dia seguinte (RICHTER, 2016).

A partir de então, o movimento começou a articulação para o ato do dia 29 de novembro. A UnB recebeu estudantes de diversos estados (Paraná, Pará, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Goiás, entre outros) para estarem nas ruas de Brasília na data referida, dia da votação em primeiro turno no Senado Federal da PEC 55. No entanto, a repressão às manifestações foi intensa e desproporcional ocasionando prisões arbitrárias, violência e desespero. Muitas pessoas se perderam de suas caravanas, outras estavam feridas em hospitais em virtude da violência do estado (CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE-DF, 2016).

Após o início das negociações com a nova reitoria o movimento OcupaUnB desocupou o prédio da Reitoria em 08 de dezembro após uma audiência pública em que se firmou acordo entre as partes para o cumprimento das reivindicações do movimento e a desocupação do prédio (VELOSO, 2016). Os demais espaços ocupados eram autônomos e portanto decidiram pela desocupação em momentos distintos. A ocupação terminou em 14 de dezembro.

O movimento logrou vitórias internas consideráveis como o diálogo para o fortalecimento das políticas de assistência estudantil e a efetiva participação estudantil nos espaços de discussão política da Universidade (APUK, 2016). A PEC 55 foi aprovada mesmo diante de tamanha manifestação de repúdio exercida pelos estudantes e demais setores da população.

A atuação da Psicologia nas Ocupações da UnB

A atuação da psicologia nas ocupações se deu em dois eixos: o primeiro situado na esfera do cuidado com o oferecimento de apoio psicológico por um grupo de estudantes e professoras, e o segundo eixo com a participação das e dos estudantes na ocupação dos espaços da Universidade. A unidade acadêmica, Instituto de Psicologia, diferentemente de outras da UnB³, não se posicionou acerca das ocupações, seja apoiando, seja se posicionando con-

trária. Apesar da mobilização dos estudantes de psicologia, a unidade acadêmica seguiu o cronograma de aulas mantendo-se à parte das discussões na Universidade.

O Grupo de Saúde Mental foi composto majoritariamente por estudantes que participavam da LASMEC (Liga Acadêmica de Saúde Mental e Cultura), oferecendo aos demais estudantes ocupantes atividades lúdicas, dinâmicas e rodas de escuta. O grupo contava também com a participação de psicólogas/os voluntárias/os da instituição e professoras/es. O grupo de apoio psicológico exerceu o papel de cuidado que a psicologia enquanto profissão também desempenha.

O desgaste físico e emocional em uma ocupação ainda não foi objeto de pesquisas acadêmicas, mas a imersão nesse tipo de movimento social demonstra que a vivência intensa de estresse e a necessidade de tomadas rápidas de decisão são característicos dessa experiência. No entanto, em contramão ao que é necessário para se lidar com eventos estressantes, o autocuidado é pouco frequente entre os ocupantes. Houveram relatos de crises do tipo psicóticas entre estudantes nas ocupações ocorridas na UnB e o manejo dessas crises couberam ao GIPSI (Grupo de Intervenção Precoce nas Primeiras Crises do Tipo Psicótica).

O GIPSI atua acolhendo a pessoa em sofrimento mental que apresenta o primeiro surto do tipo psicótico, caracterizado por desorganização mental e a presença ou não de alterações perceptuais. Uma crise do tipo psicótica não necessariamente precisa de medicação, pois ao se intervir na primeira crise há enormes chances de o sujeito não ter agravamento do seu sofrimento. A abordagem adotada é o atendimento multidisciplinar (psicologia, psiquiatria, enfermagem, terapia ocupacional, entre outros.) da pessoa em primeira crise e o atendimento de sua família, pautando-se na Terapia Familiar Sistêmica (SILVA & COSTA, 2014). Apesar das crises do tipo psicóticas terem sido pouco frequentes nas ocupações era necessário preveni-las, assim o grupo de saúde mental também realizou rodas de escuta com esse objetivo.

A ANPG (Associação Nacional da Pós-graduação) aponta o sofrimento psíquico vivido por estudantes em decorrência de relações acadêmicas abusivas. Dentre os relatos, o engajamento político foi foco de assédio moral sofrido por estudantes (ANPG, 2017). Sabe-se que o ambiente acadêmico é “adoecedor” e o envolvimento com movimentos estudantis pode ser ao mesmo tempo fator de proteção e fator de risco para crises de sofrimento emocional. O envolvimento em movimentos estudantis implica estar exposto e tomar posição frente a uma comunidade, se tornando também uma possível situação estressante.

Em relação ao segundo eixo de atuação (a participação nas ocupações da UnB), Menezes e Baierle (2009) apontam que estudantes de psicologia tendem a ser pouco engajados em movimentos estudantis. Uma das explicações é que a geração de jovens do começo do século XXI não se identifica com o movimento estudantil devido a uma crise de representatividade e também pela associação do significado de política com política-partidária. Em

relação aos estudantes de psicologia, as autoras apontam que resquícios da busca pela neutralidade da psicologia enquanto ciência a levou a não se posicionar, o que se reflete em uma formação despolitizada culminando com o pouco engajamento dos estudantes de psicologia com o movimento estudantil. O cenário político social modificou-se desde o recente *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e com as políticas de reforma impostas pelo atual presidente Michel Temer. A necessidade de um movimento estudantil fortalecido e que luta contra a perda de direitos urge.

As ocupações demonstraram que os estudantes conseguem se articular e se auto-organizar para mobilizar manifestações de opinião pública em defesa do povo. A participação das e dos estudantes de psicologia nas ocupações demonstrou que mesmo que não houvesse engajamento anterior, era possível estar nos espaços e se formar enquanto sujeitos políticos. A construção de aulas públicas e rodas de debate sobre os temas da conjuntura permitiram a socialização do conhecimento inaugurando um novo espaço de produção de conhecimento.

As e os estudantes de psicologia puderam mobilizar os colegas de curso para ir aos protestos de rua, realizaram debates nos colegiados do curso com os professores e participaram ativamente das atividades das ocupações em que estavam inseridos. Entretanto, a margem de participação ainda foi muito menor comparada a outros cursos. A maioria das/os estudantes de psicologia permaneceram alheios ao ambiente fervilhante que tomou conta da Universidade de Brasília.

Mortada (2005) apresenta uma reflexão sobre o impacto da militância na formação em psicologia. Em dois estudos de casos de Psicólogos que durante a formação participaram ativamente do movimento estudantil, foi possível perceber um diferencial na práxis da psicologia. Os relatos demonstraram que a formação crítica advinda da militância foi levada à prática clínica, tornando-os profissionais que problematizam os espaços em que atuam. O autor salienta que a democratização do ensino em psicologia e o incentivo ao protagonismo estudantil têm o potencial de transformar a psicologia, rompendo com as concepções dominantes advindas da sua história de aliança com interesses elitistas e privatistas.

A apatia da unidade acadêmica frente às mobilizações ocorridas na UnB reforçou os resquícios de uma psicologia que se pretende neutra, como afirma Bock (1997), não se posiciona e reflete o alinhamento com o poder hegemônico, a psicologia já tem construído conhecimento que se contrapõe a essa herança aliada ao *status quo*. A experiência das ocupações revelou que o perfil dos estudantes da Universidade se modificou e que há possibilidades de democratização do ensino a partir de novas práticas, mas é preciso endossá-las e fortalecer o diálogo.

Comumente, a psicologia estabeleceu uma relação de sujeito-objeto com os movimentos sociais (JESUS, 2012). Ou seja, o objetivo é estudá-los, explicar as origens, dinâmicas e consequências sobre os grupos sociais. A vivência de um movimento social como uma ocupação tem profundo impacto sobre o ambiente acadêmico (GROPPO *et al.*, 2017), isto é, o distanciamento que estudar um movimento

social provoca é rompido ao adentrar o fenômeno e se permitir ser afetado por ele. As aulas públicas e a socialização política formam sujeitos políticos capazes de modificar a relação hierárquica de poder na formação acadêmica através de relações horizontais e de uma co-construção do conhecimento. Sendo assim, a participação dos e das estudantes de psicologia em movimentos sociais pode proporcionar espaços alternativos de aprendizado, apresentando modelos de outras formas de relação e atuação coletiva.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo refletir sobre a experiência das e dos estudantes de psicologia no movimento OcupaUnB. Revisitou-se aspectos históricos da relação entre a psicologia e os movimentos sociais e da psicologia no Brasil a fim de compreender a participação das e dos estudantes de psicologia no movimento.

Apesar do presente estudo portar das características de uma pesquisa-ação (participativa, problematizada, deliberada e inovadora), não se caracteriza como uma, pois a decisão de relatar cientificamente a experiência das ocupações ocorre ao término do movimento, não havendo assim um plano de ação durante a ocorrência do movimento social. A pesquisa-ação é definida segundo Tripp (2005) por 11 linhas características: inovadora, contínua, proativa estrategicamente, participativa, intervencionista, problematizada, deliberada, documentada, compreendida e disseminada. Sendo assim, este estudo caracteriza-se como uma descrição engajada teoricamente, pois busca relativa documentação sobre as experiências vividas e aponta variáveis que possivelmente influenciaram o fenômeno.

Dentre as limitações deste artigo cabe mencionar as dificuldades de documentação e relato da experiência vivida. Um debruçar-se na história foi necessário para se colocar frente ao fenômeno (movimento de ocupações) como objeto de estudo dada a condição de sujeitos-participantes da e do pesquisador. Outra limitação foi o tempo, o qual não permitiu a realização de entrevistas individuais com os demais sujeitos participantes a fim de enriquecer a reflexão.

Afirma-se, contudo, que o movimento de ocupações permitiu um grande aprendizado e a formação de sujeitos políticos entre os estudantes secundaristas e universitários, vindo a socializar o conhecimento entre as diversas áreas e fomentar a autonomia dos sujeitos, contribuindo com sua formação política, crítica e social. A autogestão exercida nas ocupações propiciou autonomia às/ aos estudantes, levando à auto-organização de forma coletiva (GROPPO *et al.*, 2017). A psicologia pode se beneficiar dessa experiência e adquirir a habilidade que falta para unificar a categoria, a partir dos movimentos sociais estudantis.

A participação nas ocupações instrumentalizou os estudantes de psicologia a se tornarem sujeitos políticos. Assim como discorre o estudo de Mortada (2005), as habilidades adquiridas no contexto de militância podem modificar a prática dos futuros profissionais da psicologia que participaram das ocupações. Não ocasionalmente a ULAPSI (UNIÃO

LATINO-AMERICANA DE ENTIDADES DE PSICOLOGIA, 2016) divulgou nota em apoio às ocupações demonstrando que a psicologia pode e deve desvencilhar-se dos resquícios de uma herança que a vincula a ideologias liberais e positivistas e aproximar-se dos movimentos sociais estudantis de forma a contribuir com uma sociedade mais democrática.

A realidade é perpassada por complexas disputas de poder e de significação que permitem a emergência de ações coletivas como forma de apontar que a realidade é múltipla (PRADO, 2000). As ocupações configuraram esse tipo de ação coletiva e merecem o debruçamento da psicologia não somente como objeto de estudo, mas como uma ação coletiva advinda de sujeitos coletivos que se mobilizaram para fazer frente a opressões e que tem potencial de transformação para o fazer profissional dos seus participantes.

A Psicologia Política, enquanto área de estudo, tem contribuído significativamente para a compreensão dos movimentos sociais como campo de estudo interdisciplinar e sob uma perspectiva relacional (CORRÊA & ALMEIDA, 2012). Percebe-se ao longo da história de estudos e produção teórica sobre os movimentos sociais a necessidade da superação da dicotomia indivíduo-sociedade. Portanto, é necessário estudar os movimentos sociais de forma interdisciplinar e apontar reflexões que abarcam a complexidade do fenômeno, uma vez que em sua análise leva em conta a flexibilidade ligada ao contexto histórico e mutável que age sobre os movimentos sociais, e a Psicologia Política caminha para essa concepção.

Pensar uma psicologia politizada, como se propõe essa reflexão vai além da Psicologia Política, pois é pensar em um fazer psicológico com compromisso social em combate às opressões e com responsabilidade social em relação às desigualdades sociais existentes no Brasil. Uma psicologia politizada se coloca frente às questões e se afirma enquanto ciência localizada histórica e socialmente (GONÇALVES, 2010). Portanto, pensar em compromisso social é apontar um fazer psicológico político atento à conjuntura histórica e cultural em que atua, desvencilhado da concepção político-partidária, mas afeito à concepção de política enquanto fazer com finalidade para a transformação da sociedade.



Referências Bibliográficas

ABRAMO, Perseu; com colaboração de CORNILS, Patrícia; MORAES Reginaldo; ARBEX JR., José; SOUZA, Hamilton Octavio; BIONDI, Aloysio. (2016), *Padrões de Manipulação na grande imprensa*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

APUK, Renan. (2016), *Reitoria e estudantes concluem negociação para desocupar espaços na UnB*. Disponível em <<https://noticias.unb.br/publicacoes/76-institucional/1133-reitoria-e-estudantes-concluem-negociacao-para-desocupar-espacos-na-unb>>. Acesso em 18 de novembro de 2017.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA PÓS GRADUAÇÃO (ANPG).<<http://www.anpg.org.br/quando-a-relacao-professor-estudante-se-torna-abusiva-na-pos-graduacao/>> Acesso em 24 de julho de 2017.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES). Reforma do Ensino Médio é aprovada no Senado. Seção Sindical UFRGS, 2017. Disponível em: <<https://andesufrgs.wordpress.com/tag/mp-7462016/>> Acesso em 23 de dezembro de 2017.

BALDINO, José Maria & FREITAS, Felipe Silva de. (2016), "Movimento de Ocupação de Escolas Públicas- Jovens Estudantes contra a Gestão da Escola Pública por Organizações Sociais." *Educativa*, 19, 1: 902-926.

BETIM, Felipe. (2016), "'Cura gay': o que de fato disse o juiz que causou uma onda de indignação" Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/politica/1505853454712122.html>>. Acesso em 18 de novembro de 2017.

BOCK, Ana Mercês. (1997), "Formação do Psicólogo: um debate a partir do fenômeno psicológico". *Psicologia Ciência e Profissão*, 17, 2: 37-42.

BRASIL. Relatório Consolidado da IES-Universidade de Brasília. Ministério da Educação. Local: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016, número de páginas. Relatório.

BRASIL. Lei 9.394. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 20 de Dezembro de 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 20 de Julho de 2017.

BRASIL. Lei 10.216. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, Abril, 2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em 20 de Julho de 2017>.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95. Dispõe sobre as Disposições Constitucionais Transitórias, institui o Novo Regime Fiscal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 15 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em 20 de julho de 2017.

BRASIL. Lei Nº 13.415. Dispõe sobre o Novo Ensino Médio e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 16 de Fevereiro de 2017. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em 20 de julho de 2017.

BONAVIDES, Paulo. (2000), *Ciência Política*. São Paulo, Helvética Editorial Ltda.

CALDEIRA, João Paulo. (2016), *Servidores da UnB entram em greve contra a PEC 241*. Disponível em: <<https://jornalgnn.com.br/noticia/servidores-da-unb-entram-em-greve-contra-a-pec-241>> Acesso em 18 de novembro de 2017.

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE. <<http://diplomatie.org.br/repressao-e-confronto-em-ato-contra-a-pec-55/>>. Acessado em 20 de julho de 2017.

CHAUÍ, Marilena. (2016), "A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo", in I. Jinkings; K. Doria; M. Cleto (orgs). *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*, local da publicação Boitempo Editorial.

CORRÊA, Felipe & ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. (2012), "Teorias dos movimentos sociais e psicologia política". *Revista psicologia política*, 12, 25: 549-570. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sciarttext&pid=S1519-549X2012000300011&lng=pt&nrm=iso>>. Acesso em 06 novembro de 2017.

CORREIO BRAZILIENSE. Justiça determina desocupação da UNB em 48 horas e autoriza uso da força. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/11/21/interna_cidadesdf.557994/justica-determina-desocupacao-da-unb-em-48-horas-e-autoriza-uso-da-for.shtml>. Acesso em 18 de novembro de 2017.

ÉPOCA. O legado das ocupações nas escolas. Educação. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/educacao/noticia/2017/02/o-legado-das-ocupacoes-nas-escolas.html>>. Acesso em 21 de dezembro de 2017.

GONÇALVES, Maria das Graças. (2010), *Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas*. São Paulo, Cortez.

GROPPO, Luiz Antonio; TREVISAN, Júnior; BORGES, Lúvia; BENETTI, Andréa. (2017), "Ocupações no Sul de Minas: Auto-gestão, Formação Política e Diálogo Intergeracional". *ETD- Educação Temática Digital*, 19, 1: 141-164.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, IBGE, 2015.

JESUS, Jaqueline. (2012), "Psicologia social e movimentos sociais: uma revisão contextualizada". *Psicologia e Saber Social*, 1, 2: 163-186.

JINKINGS, Ivana. (2016), "O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe", in I. Jinkings; K. Doria; M. Cleto (orgs). *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*, São Paulo, Boitempo Editorial.

MATSUSHITA, Thiago Lopes & CAVALCANTI, Rodrigo de Camargo de. (2017), "A proposta do Estado brasileiro para o desenvolvimento econômico nacional em face da Emenda Constitucional Nº 95 e seus reflexos na saúde e na educação". *DUC IN ALTIUM CADERNOS DE DIREITO*, 9, 17: páginas.

MENEZES, Tiane & BAIERLE, Tatiana. Discursos e Práticas de um Movimento estudantil: A Psicologia e a Política andam juntas? In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL, 15, 2009, Maceió. *Anais... Tiradentes: Faculdade Integrada Tiradentes-FITS*, 2009. Disponível em: <http://abrapso.org.br/siteprincipal/index.php?option=com_content&task=view&id=345&Itemid=91>. Acesso em 24 de julho de 2017.

MOHALLEM, Michael. (2016), "Dilma Rousseff já é inelegível? As contas, o TCU e o impeachment", in J. Falcão; D. Argue- lhes; F. Recondo. *O Supremo em 2015*, Rio de Janeiro, Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas.

MORTADA, Samir. (2005), "Formação do Psicólogo: Experiências de Militantes Estudantis". *Psicologia ciência e profissão*, 25, 3: 414-433.

PATTO, Maria Helena. (1997), "Para uma crítica da razão psicométrica". *Psicologia USP*, 8, 1: 47-62.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Entenda os movimentos das ocupações de escolas e universidades pelo país, 2016. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/entenda-os-motivos-das-ocupacoes-de-escolas-e-universidades-pelo-pais/>>. Acessado em 21 de dezembro de 2017.

PEREIRA&NETO.O Psicólogo no Brasil :Notas sobre seu processo de profissionalização,2003.Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v8n2/v8n2a02.pdf>>. Acessado em 14 de maio de 2019.

PRADO, Marco Aurélio. (2000), "Psicologia Política e Ação Coletiva: Notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do 'nós'". *Psicologia Política*, 1, 1: 149-172.

PORTAL G1. Márcia Abrahão é a primeira mulher eleita para comandar reitoria da UnB. Disponível em <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/09/unb-elege-professora-marcia-abrahao-para-comandar-reitoria-ate-2020.html>>. Acesso em 25 de dezembro de 2017.

RICHTER, André. (2016), Justiça suspende decisão que determinou desocupação da UnB Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/justica-suspende-decisao-que-determinou-desocupacao-da-unb>>. Acesso em 18 de novembro de 2017.

RODRIGUES, Larissa. (2016), "Grupo de alunos ameaça retirar ocupantes à força de dentro da UnB". Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/educacao-df/grupo-de-alunos-ameaca-retirar-ocupantes-a-forca-de-dentro-da-unb>>. Acesso em 18 de novembro de 2017.

ROSSI, Marina. (2016), "Reforma do Ensino Médio reacende mobilização um ano após ocupações em São Paulo". *El Pais online*. Disponível em: <http://brasil.elepaais.com/brasil/2016//10/14/politica/1476476414_549165.html>. Acesso em 27 de julho de 2017.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES-SN). Estudantes já ocupam 60 universidades em todo o Brasil. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/print-ultimas-noticias.andes?id=8455>>. Acesso em 18 de novembro de 2017.

SILVA, Hayanna Carvalho Santos Ribeiro; COSTA, Ileno Izídio da. (2014), "Rorschach e sofrimento psíquico grave: funcionamento psíquico nas primeiras crises psicóticas". *Estudos de Psicologia*, 31: 337-345.

SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DE 2ª INSTÂNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (SINJUS-MG). Tramitação da PEC 241 segue acelerada; mobilização já!, Disponível em: <<http://sinjus.org.br/tramitacao-da-pec-241-segue-acelerada-mobilizacao-ja/>> Acesso em 23 de dezembro de 2017.

SOARES, Thiago. (2016), Estudantes decidem pela ocupação da UnB. Disponível em <<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensinosuperiorinterna555533/alunos-da-unb-estao-neste-momento-em-assembleia-geral.shtml>>. Acesso em 18 de novembro de 2017.

STACCIARINI, Isa. (2016), Estudantes contra ocupação da UnB entram com representação no MPF. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensinoensinosuperior/2016/11/08/ensino_ensinosuperior_interna.556365/estudantes-contrarios-a-ocupacao-da-unb-entram-com-representacao-no-mp.shtml>. Acesso em 18 de novembro de 2017.

TATAGIBA, Luciana, PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. (2012), "Ocupar, Reivindicar, Participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo." *Opinião Pública*, 18: 399-426.

TRIPP, Davis (2005). "Pesquisa-ação: uma introdução metodológica". *Educação e pesquisa*, 31, 3: páginas..

UNB NOTÍCIAS. (2016), <<https://noticias.unb.br/publicacoes/76-institucional/1089-nota-da-unb-sobre-as-ocupacoes>> Acesso em 18 de Novembro de 2017.

UNB NOTÍCIAS. (2016),<<https://noticias.unb.br/publicacoes/76-institucional/1099-marcia-abrahao-toma-posse-como-reitora-da-unb>> Acesso em 23 de dezembro de 2017.

UNB NOTÍCIAS. (2017), <<https://noticias.unb.br/publicacoes/76-institucional/1406-chapa-todas-as-vozes-e-eleita-para-gestao-do-dce>> Acesso em 23 de dezembro de 2017.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS (UBES). UBES divulga lista de escolas ocupadas e pautas das mobilizações". Disponível em: <<http://ubes.org.br/2016/ubes-divulga-lista-de-escolas-ocupadas-e-pautas-das-mobilizacoes/>>. Acesso em 18 de novembro de 2017.

ULAPSI (União Latino-Americana de Entidades de Psicologia), (2016), 10 razões para a Psicologia apoiar o movimento das/dos estudantes que ocupam suas escolas. Disponível em <http://www.crprj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/12/ulapsi.pdf>. Acesso em 20 de Julho de 2017.

VELOSO, Serena. (2016). Reitoria e movimento Ocupa UnB firmam acordo para liberação de unidades. Disponível em:<<https://noticias.unb.br/publicacoes/76-institucional/1118-reitoria-e-movimento-ocupa-unb-firmam-acordo-para-liberacao-de-unidades>>. Acesso em 18 de novembro de 2017.

VIRIATO, Ana. (2016), Eleições para o DCE da UnB devem ficar para 2017 devido a ocupações. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2016/11/18/ensino_ensinosuperior_interna.557798/eleicoes-para-o-dce-da-unb-devem-ficar-para-2017-devido-a-ocupacoes.shtml>. Acesso em 18 de Novembro de 2017.